

**XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-
ALAS BRASIL**

GT 27 – POLÍTICAS PÚBLICAS

**POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR: AVALIAÇÃO DO
REUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Nara Poliana de Souza Bandeira de Melo,

Universidade Federal do Ceará.

E-mail: narapoliana@ufc.br

Alcides Fernando Gussi

Universidade Federal do Ceará

E-mail: agussi@uol.com.br

04 A 07 DE SETEMBRO DE 2012,

UFPI, TERESINA-PI.

1 Introdução

No presente artigo tomamos como recorte de análise a política de Educação Superior no contexto atual brasileiro, com enfoque nas políticas públicas de expansão e democratização desse nível de ensino trazendo ao debate a atual política de expansão das universidades públicas federais, especificamente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e a sua implementação na Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Para fins de esclarecimento acerca do objeto de estudo deste trabalho, O REUNI é um programa integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e tem como proposta expandir e reestruturar o ensino superior público no Brasil. De acordo com as Diretrizes Gerais do Plano de Desenvolvimento da Educação, o REUNI tem como objetivo criar condições para ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007).

Dentro deste contexto, o REUNI surge como proposta de financiamento para expansão e democratização da Educação Superior por meio de investimentos nas Instituições Federais de Ensino. Neste sentido, é importante estabelecer uma relação entre as mudanças que o programa pode trazer para os vários grupos envolvidos e os efeitos dessa política para a Educação Superior e, mais especificamente, para as Universidades Federais. Em linhas gerais, o Programa propõe expandir o acesso à Educação Superior e, ainda, reestruturar a oferta desse nível de ensino, daí a relevância de uma investigação que procure apreender a singularidade deste contexto histórico, no intuito de avaliar a atual política pública para o ensino superior e suas tentativas de reformas educativas, analisando o significado das mudanças propostas.

Desta forma este trabalho tem como objetivo avaliar o REUNI na UFT como uma política pública de expansão do acesso à Educação Superior no contexto do debate da democratização do seu acesso, construindo a trajetória institucional do programa, no contexto das políticas públicas de Educação Superior e, especificamente, dos meandros institucionais da UFT. Para tanto, realizamos uma pesquisa avaliativa em que optamos como metodologia, combinar as avaliações de processos e impactos do Programa, compreendendo, assim, uma avaliação em profundidade, conforme Rodrigues (2008). Para a consecução dessa pesquisa avaliativa, realizamos um estudo de caso no Campus Universitário de Palmas, por ser um dos Campi que integra o projeto e ter uma maior participação na Universidade em virtude da sua maior estrutura. Para realizar a coleta de dados dessa pesquisa, combinamos o uso da abordagem quantitativa por meio da aplicação de questionários com os alunos ingressantes e a análise dos recursos financeiros da Universidade, com a abordagem qualitativa em que realizamos entrevistas com alunos e gestores envolvidos no REUNI e a construção da trajetória do Programa na UFT.

Entendemos que a combinação dessas abordagens possibilita apreender os alcances e limites do programa como política de expansão do acesso e democratização do ensino, e ainda, a concepção de democratização contida nessas políticas, para isso exploramos o debate acerca desses significados.

2 Conceitos de democratização: discursos e percepções

O debate sobre a ampliação e democratização do acesso à Educação Superior exige, a princípio, a exposição dos vários aspectos envolvidos na questão, tendo em vista ser este um campo no qual diferentes posições disputam hegemonia. Desse modo, apresentamos o embate entre alguns conceitos e/ou posicionamentos existentes sobre o assunto. O conceito de democratização do acesso ao ensino superior é complexo, sendo possível a existência de várias visões diferenciadas sobre o assunto.

Para Nogueira (2008), a discussão sobre o conceito de democratização é ampla e pode ser dividida em três visões distintas. Uma primeira visão é a que associa a democratização do acesso ao ensino superior à uma simples expansão de vagas, dessa forma, os conceitos de ampliação e democratização são entendidos como sinônimos, se mais pessoas tiverem acesso, haverá democratização. A ampliação do acesso à Educação Superior pode ser compreendida conceitualmente como a criação de novas vagas nas instituições que ofertam esse nível de ensino, tanto no âmbito do setor público quanto no setor privado.

A segunda perspectiva considera que para haver democratização é preciso que, além da ampliação de vagas, camadas sociais não-privilegiadas possam ingressar na universidade. Nogueira (2008), por sua vez, considera que a democratização do acesso à educação superior não se reduz a uma simples expansão da oferta de vagas. Essa democratização requer que camadas sociais não-privilegiadas possam ingressar na universidade. Se os menos ricos ingressam mais na universidade, então se pode falar em democratização.

E a terceira visão considera que a democratização requer não apenas as camadas sociais menos favorecidas economicamente tenham acesso à universidade, mas também devem considerar as questões raciais (Nogueira, 2008). Uma complementação desse último conceito vai mais além. Considera, tal como antes, que a democratização do acesso à educação superior não é uma mera ampliação das vagas. Parte do princípio de que a democratização requer que camadas sociais mais pobres tenham acesso à universidade. Esse novo critério diz que a democratização não se refere apenas a níveis sociais, devendo também ter em conta a raça. O acesso à universidade democratiza-se quando aumenta o acesso das camadas não-privilegiadas e, também, quando crescem as chances de ingresso de negros e indígenas (NOGUEIRA, 2008).

Outros posicionamentos observados, todavia, expressam a convicção na melhor adequação de uma ou outra esfera administrativa (pública ou privada) como vetor de crescimento do sistema de ensino superior

(NOGUEIRA, 2008). Assim, existem aqueles que argumentam a favor de uma ampliação de vagas sustentadas nas instituições públicas e outros nas instituições privadas.

Segundo Nogueira (2008), dentre os que defendem a expansão via setor público, alguns dos principais argumentos utilizados são: as instituições de ensino superior públicas funcionam como uma lógica de Estado, e não de mercado; oferecem um ensino de melhor qualidade; e desenvolvem atividades fundamentais à formação de seus estudantes e ao desenvolvimento do País, tais como pesquisa e extensão.

É o mesmo caso, por exemplo, de Ristoff (2008, p. 261) que, ao analisar o cenário do ensino superior brasileiro, aponta para alguns princípios a serem considerados no estabelecimento de políticas de expansão que os direcionem. Dentre eles, destaca-se a “expansão agressiva das vagas no ensino superior público, com a conseqüente e gradual desprivatização do sistema como um todo, permitindo a inclusão do enorme contingente dos excluídos”, observando-se a “manutenção e melhoria dos padrões de qualidade”, e a partir de “ampliação significativa do financiamento público”.

Nesse mesmo sentido, Mancebo (2008) defende que, para que haja uma efetiva democratização do acesso e condições de permanência dos alunos, essa expansão deve ser postulada no pólo público da educação superior, o que implica afirmar, por um lado, que os recursos dos Estados para manutenção desse nível de ensino devam ser ampliados para contemplar a expansão e interiorização da rede.

A expansão da educação superior como mecanismo de democratização foi objeto de análise dos trabalhos elaborados por Silva e Veloso (2004), com foco na discussão público/privado e analisando se o crescimento do acesso pode ser compreendido como democratização da educação superior. As autoras afirmam que as IES públicas são a única alternativa viável para a democratização da educação superior e concluem que a privatização da educação superior indica que a democratização não está sendo implementada pela ampliação do espaço público, em decorrência da forma como os recursos públicos vêm sendo disponibilizados.

Contrariamente, dentre os que defendem a expansão via setor privado, alguns dos argumentos apontados, dentre outros, são: o governo deve priorizar a educação básica porque os retornos são maiores; os investimentos em ensino superior são mais altos e, em geral, quem frequenta esse nível de ensino são pessoas com maior poder aquisitivo; a iniciativa privada é 35 vezes mais eficiente na utilização dos recursos, com um custo-aluno consideravelmente menor que o setor público (NOGUEIRA, 2008).

Segundo Ristoff (2008), democratizar significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado, pois as vagas continuarão ociosas; e não basta aumentar as vagas no setor público, pois elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais abastados. Ainda segundo o autor, a democratização, para acontecer de fato, precisa de ações mais radicais, que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, e assegurem o acesso e a permanência a todos os que procuram a Educação Superior. Com base no conceito definido por Ristoff (2008), analisaremos as políticas públicas desenvolvidas no Governo Lula, com enfoque especial do REUNI e a sua proposta de democratização.

2 Políticas de expansão e democratização do acesso à Educação Superior no Governo Lula – O caso do REUNI

A partir de 2003, no início do Governo Lula, intensifica-se a criação de políticas educacionais para, dentre outros motivos, viabilizar o acesso e permanência ao nível superior e democratizar o acesso às universidades brasileiras. A Reforma da Educação Superior foi um dos principais instrumentos discutidos para repensar a universidade no primeiro mandato do atual Governo Federal (2003-2006), seria responsável por uma profunda mudança na estrutura da Educação Superior brasileira, envolvendo, inclusive, pontos polêmicos como o financiamento e a democratização do acesso.

Para a expansão do setor público federal, foram definidas várias medidas como estímulo à expansão das vagas, especialmente pelo aumento de vagas no turno noturno, a expansão e interiorização do ensino superior público através da criação de dez novas universidades, das quais seis originárias de escolas, faculdades e centros tecnológicos e as demais do desmembramento de entidades que já pertenciam à União ou foram estabelecidas como novas. Desde 2003, também foram construídos ou ampliados 48 campi fora de sede; e está prevista a criação de novos centros tecnológicos (MEC, 2008).

Segundo Melo (2009), como a Reforma da Educação Superior pretendida pelo Governo Lula não foi aprovada de imediato, o Governo buscou outros caminhos para remediar o problema do acesso à educação superior e da inclusão social nesse nível de ensino. Essas medidas fazem parte de um conjunto de estratégias conhecidas como “pequenas reformas” do Governo Federal.

O REUNI foi instituído em resposta às metas estabelecidas no PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação, e objetiva criar condições para ampliação do acesso e permanência de estudantes na educação por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, e se destaca entre as ações políticas do MEC pelo modo como afeta a política de financiamento da educação superior pública federal numa perspectiva de reestruturação e ressignificação das funções sociais da Educação Superior e da universidade pública (BRASIL, 2007).

Para o MEC, o REUNI é uma forma de incentivar as universidades públicas a retomarem seu papel estratégico para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do País. Assim, os principais objetivos do Programa são: a) ampliar, de forma democrática, o acesso e a permanência de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade; b) possibilitar a criação de novos cursos em áreas carentes; c) ministrar, com qualidade, os cursos de graduação; d) trazer à tona o fortalecimento dos debates acerca da democratização da universidade pública brasileira (BRASIL, 2007, p. 10).

O Programa de Expansão foi de adesão voluntária de cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). Cada IFES que aderiu ao programa deveria prever no seu plano as ações que pretendia desenvolver para o cumprimento das metas. Em contrapartida, receberia recursos adicionais condicionados ao cumprimento das metas estabelecidas para cada etapa, limitado a 20% do orçamento de custeio e pessoal do ano inicial de adesão e no prazo de cinco anos, financiamento este condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC (BRASIL, 2007).

Entre as diretrizes do REUNI para o cumprimento das metas, destacam-se: a redução das taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas e o aumento de vagas de ingresso; a ampliação da mobilidade estudantil, com a implementação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação até 2012 (MEC, 2007).

Logo quando foi anunciado, o REUNI foi alvo de diversas críticas dos segmentos pertencentes à comunidade acadêmica, sob alegação de que estaria atendendo à interesses específicos, precarizando o trabalho dos docentes e a formação dos alunos, bem como alterando as significações e funções sociais da Universidade Pública. Foi possível perceber a movimentação das entidades representantes dos trabalhadores na área da Educação Superior e dos alunos, bem como dos estudiosos na área das políticas educacionais voltadas para o ensino superior.

Entre as questões que se apresentam hoje sobre o debate acerca do REUNI, estão as metas de expansão do programa, com enfoque nas políticas de acesso e permanência, o financiamento da expansão proposta, bem como as repercussões dessas medidas de expansão sobre a qualidade do ensino oferecido pelas Instituições Federais. Contudo, como mecanismo de delimitação, atribuiu-se maior ênfase a dois elementos: (1) a suas diretrizes gerais e (2) financiamento proposto para a expansão e, (3) a proposta de democratização do acesso. Após compreender as concepções e proposições

do REUNI num contexto amplo, em nível federal, na próxima seção iremos analisar o REUNI no contexto do Estado do Tocantins, reconstruindo a trajetória do programa.

3 A trajetória institucional do programa REUNI na UFT

Conforme objetivo do nosso estudo, foi realizada a construção da trajetória institucional do REUNI a partir da análise de documentos institucionais e das falas dos gestores envolvidos na formulação do programa, e ainda, das percepções dos alunos e professores, participantes diretos na execução do REUNI, conforme apresentados em seguida. Ainda para uma melhor compreensão da nossa análise convém realizar um breve histórico sobre a criação do Estado do Tocantins, seu contexto social, político e econômico para, então, situar a UFT como instituição pública de Ensino Superior no Estado. Nesse sentido, apresenta-se ainda o contexto em que se deu a criação da UFT e o cenário político e social do Estado do Tocantins na ocasião.

O Tocantins é o Estado mais novo do Brasil, foi desmembrado do Estado de Goiás em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da nova Constituição. O Estado enfrenta desafios inerentes à sua recente criação, e a implantação da Universidade Federal do Tocantins foi de extrema importância para o desenvolvimento do Tocantins. A Universidade foi criada no ano de 2000 pela Lei nº 10.032, após sucessivas mudanças e reestruturações vivenciadas pela Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS). Após a sua criação, a UFT incorporou sete *campi* universitários, vinte sete cursos de graduação e, aproximadamente, 7900 alunos da Fundação Universidade do Tocantins.

Com aproximadamente onze mil alunos, em sete *campi* universitários, a UFT é uma universidade multicampi, localizada em regiões estratégicas do estado do Tocantins, contribuindo, desta forma, para o

desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito, em diversos níveis. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi implantados em cidades diferentes (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km, do campus-sede, em Palmas.

Neste sentido, assim como para as demais universidades o REUNI surgiu para a UFT como a oportunidade de se reestruturar, consolidar e expandir, induzindo-as a repensarem e a superarem os problemas, num momento em que no país ocorre uma expansão significativa da demanda pelo ensino superior (MEC, 2007). A UFT, inserida nessa proposta, e visando superar o quadro de limitações e problemas que lhe são impostos, vislumbrou a possibilidade de consolidação da universidade e também de expansão dos cursos em todos os seus campi e do seu papel no desenvolvimento do Estado, com isso iniciou um estudo sobre a viabilidade da universidade aderir ao REUNI.

Logo, o Plano de Expansão da UFT estava ligado à ideia de democratização do acesso e desenvolvimento regional. A universidade, por ter uma característica diferenciada das demais, ser uma universidade multicampi, possibilitou a discussão interna em cada campus e deixou a cargo desses *campi* a decisão de aderir ou não ao programa. Passada a fase das discussões desmembradas, o debate passou a ser realizado nos Conselhos da universidade, CONSEPE e CONSUNI, onde cada conselheiro teve a oportunidade de questionar e se informar sobre as metas e objetivos do programa (UFT, CONSUNI, 2007). No entanto, mesmo com as discussões sendo realizadas nos campi e logo em seguida nos Conselhos da UFT, apreende-se nas atas de registro dessas discussões, que muitos professores e gestores ainda tinham dúvidas e insegurança em relação à concepção do programa e da possibilidade de adesão por parte da UFT.

Interessante ressaltar que, nas atas pesquisadas no CONSUNI, a discussão sobre democratização não estava presente, mas sim as possibilidades de receber recursos para expandir as atividades da Instituição.

Logo, verificamos que a ideia de receber recursos para a universidade era por si só um motivo para a adesão ao REUNI, e que as questões de como seriam tratadas as ações para a expansão do acesso e da permanência seriam posteriores. Notamos, ainda, que a partir da aprovação do decreto que implantou o REUNI houve um acirramento dos debates sobre expansão e democratização. Esse movimento foi percebido em todo o país, conforme vimos no capítulo anterior, na maioria das Universidades atores contrários à adoção do programa passaram a exigir audiência pública com os reitores nos campi das instituições para problematizar o decreto do governo.

O programa foi aprovado e de acordo com os entrevistados sem os debates necessários ao entendimento, bem como a adequação da “realidade” enfrentada pela UFT às diretrizes do REUNI, posto que sem a adesão ao programa, não haveria recursos suficientes para gerir a UFT. Quanto à divulgação, este projeto não foi tão amplamente divulgado, quanto anunciam os mentores do REUNI e seus dirigentes, na mídia ou fora delas. A maioria da comunidade não ficou sabendo da disponibilidade das informações, como também muitos docentes afirmaram que não foram convidados para nenhuma reunião do colegiado departamental ou coisa semelhante.

Com as propostas dos três Campi, foi iniciada a construção do Plano de Reestruturação da UFT. Segundo os documentos institucionais, as dimensões do plano de reestruturação buscam a ampliação da oferta de Educação Superior pública, com o aumento de vagas de ingresso, especialmente, no período noturno e no interior do Estado, como forma de democratizar o acesso e permitir a inclusão de diferentes perfis na educação superior no Estado. Considerando a realidade do país e mais especificamente a do Tocantins onde a UFT está presente, podemos perceber o quanto as ações propostas e os objetivos estão condizentes com as necessidades educacionais do Estado, como vimos anteriormente.

Além da expansão, a UFT planejou ações para atender as seis dimensões propostas nas diretrizes do REUNI: Ampliação da Oferta da Educação Superior Pública; Reestruturação Acadêmico-Curricular; Renovação Pedagógica da Educação Superior; Mobilidade Intra e Inter-Institucional;

Compromisso Social da Instituição; Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.

Conforme vimos na revisão literária, a palavra democratização comporta vários sentidos, e na proposta de reestruturação percebemos que o sentido atribuído á democratização da Educação Superior, conflita com o papel da universidade, e surge o desafio de flexibilizar o ensino de forma a simultaneamente garantir a excelência acadêmica e a entrada e permanência, com qualidade, de novos sujeitos sociais, historicamente excluídos desses espaços.

Conforme apreende-se na leitura e análise do Plano de Reestruturação da UFT, a proposta procurou dar ênfase ao processo de interiorização já iniciado a partir do ano de 2003, quando foram construídos *Campi* das universidades federais longe das capitais do Estado. Esse processo se constitui de importante ferramenta para a promoção da democratização do acesso, pois permite o acesso a cursos superiores, de jovens que provavelmente não teriam condições de saírem de suas cidades para cursar o ensino superior na capital.

De acordo com o perfil dos cursos já existentes e da análise do Plano de Reestruturação, podemos afirmar que a UFT tem sido um importante agente de desenvolvimento nas cidades onde está localizada, e com a ampliação através do REUNI percebe-se que essa participação tem aumentado de forma sistemática. No entanto, ao analisarmos o Plano percebemos que as opções de cursos, e também a oferta de cursos reconhecidos como elitistas estão na capital, prevalecendo então no interior os cursos de licenciaturas.

Outra ferramenta utilizada no processo de expansão do ensino superior, e que está entre as prioridades do programa REUNI, é a expansão das vagas dos cursos já existentes e a criação de novos cursos no período noturno, dessa forma atinge uma grande parcela da população jovem que já se encontra no mercado de trabalho e somente possui disponibilidade para cursar o ensino superior no período noturno.

Da mesma forma que os cursos oferecidos nas cidades do interior, podemos perceber que os cursos ofertados no período noturno são em geral os cursos de licenciaturas, e os cursos de carreiras mais disputadas e reconhecidas no mercado continuam sendo oferecidos em períodos integrais, excluindo automaticamente a participação dessa parcela de trabalhadores.

Outro aspecto analisado no Plano de Expansão da UFT, é a política de permanência dos alunos na universidade. Com relação à permanência dos estudantes, de acordo com o plano de Reestruturação, a Universidade estabeleceu diversas ações que buscam possibilitar uma maior assistência aos estudantes. De acordo com o Reitor da UFT, esse foi um ponto de extrema importância uma vez que a própria universidade reconheceu que não possuía uma política forte de assistência aos seus estudantes e com o programa de expansão essa política foi focada de uma forma mais intensa.

Percebe-se de fato uma preocupação dos gestores com relação à assistência estudantil, analisando os progressos ocorridos nos anos estudados verificamos acréscimos nos valores direcionados a essa política. Embora progressos sejam reconhecidos, ressaltamos que existe muito ainda a avançar, a Universidade precisa consolidar a sua política de assistência estudantil, pois esta constitui um diferencial na trajetória acadêmica de alunos com baixo poder aquisitivo e que a UFT precisa avaliar se ações hoje executadas nessa área são realmente efetivas e causam impacto nesse público da universidade.

Há uma preocupação em relação ao acesso, mas o que precisa ser impreterivelmente discutido é a questão da permanência na universidade, é necessário que os alunos carentes tenham acesso, mas também que seja garantida a sua permanência. Severino (2003, p. 124) enfatiza: “A democratização do acesso, se se considerar apenas o esforço para a entrada do aluno no sistema, poderá ser insuficiente”.

Buscando compreender as ressignificações dos sentidos de democratização dentro do Plano de Expansão e Reestruturação, foi possível conhecer de que forma a questão da democratização está posta nas ações da universidade. Nessa seção realizei o exercício de compreender como os gestores, professores e alunos constroem suas representações sobre o

REUNI, como forma de construir a trajetória do programa, baseada na ideia de Gussi (2008).

Dessa forma, para a realização do exercício de construção da trajetória, considerei importante compreender algumas características dos sujeitos selecionados para a pesquisa, como forma de complementar a análise de suas concepções. Os sujeitos analisados foram os gestores que participaram do planejamento e implementação do REUNI, os professores que vivenciaram o desenvolver do programa e os alunos que iniciaram na Universidade a partir do REUNI. A seguir, caracterizo de forma sucinta cada grupo e em seguida analiso comparativamente as suas concepções.

Em todas as entrevistas realizadas com os gestores, a história da concepção e objetivos do programa se repetiu, sendo que os entrevistados possuíam um discurso muito parecido. Em muitos momentos da conversa, alguns deles deixavam parecer que as suas intenções eram não apenas responder às perguntas, mas mostrar os aspectos positivos do programa. Apresentaram um discurso mais político e institucional, com argumentos que são utilizados pelo MEC, em entrevistas de jornais, artigos e discursos, para combater as críticas ao programa.

O enunciado “O REUNI traz benefícios para a sociedade” é utilizado por alguns defensores do Programa. Para estes, o programa possibilita que jovens do Estado do Tocantins tenham acesso à Educação Superior, e uma instituição gratuita e reconhecida no estado. Dessa forma, apreende-se das falas dos gestores que o REUNI por si já é um instrumento democratizante, uma vez que amplia o número de vagas na Universidade, ampliando o acesso à Educação Superior no Estado do Tocantins.

A afirmativa de que o programa promove a democratização da educação superior também é utilizada pelos gestores entrevistados, para eles o programa cumpre com o objetivo de democratizar o acesso, ao possibilitar que mais jovens tenham acesso a esse nível de ensino. Este enunciado, no entanto, permite que o conceito de democratização seja entendido de diversas maneiras e não se refere à questão da permanência e da qualidade do ensino.

De acordo com a análise dos significados do termo democratização tanto os enunciados contidos nos documentos legais e também dos gestores é perceptível a conscientização de que a Educação Superior precisa de políticas públicas que tenham como base a democratização do acesso, em seu significado completo, incluindo estudantes com condições menos favorecidas, grupos tradicionalmente excluídos desse nível de ensino e ainda as políticas de permanência desses alunos até a conclusão do curso.

No entanto, na prática, percebemos que essas políticas primam inicialmente pela expansão das vagas, como foi o REUNI, em seus documentos estão presentes todas as bases de uma política completa de apoio ao estudante e de qualidade da oferta do ensino. Como já mencionado na análise dos valores disponibilizados para a UFT a partir da adesão ao programa, e também das ações realizadas e as proporções da expansão pretendida, podemos verificar que ainda que o Plano de Reestruturação contemplasse uma expansão combinada com uma política de assistência e acompanhamento ao aluno, algumas dessas ações não foram postas em prática, como é o caso de uma política consolidada de assistência estudantil e acompanhamento dos alunos como forma de combate a evsão.

Para os professores, de acordo com os relatos colhidos nas entrevistas realizadas, a questão da democratização está pautada na concepção adotada nesse trabalho que corrobora com os autores citados na revisão literária. Para os professores entrevistados, o REUNI para ser um projeto democratizante precisa estar acoplados ao ensino de qualidade, e isto se inicia com a qualificação do professor, com uma estrutura que permita o desenvolvimento desse estudante no desenvolvimento do conhecimento, porque para eles uma das funções da universidade é o de fazer o conhecimento e não somente reproduzir esse conhecimento, e é necessário que haja também a permanência dos alunos na Universidade.

Os resultados da pesquisa mostraram que para a maioria dos estudantes, o REUNI promove a democratização do acesso, sendo esta entendida como simples ampliação do acesso, e para alguns o REUNI não é

capaz de democratizar o acesso, quando tomado o conceito de inclusão social dos menos favorecidos e ainda da permanência dos alunos.

Quando entrevistados os alunos tiveram uma compreensão do que vem a ser democratização diferente da que os Gestores afirmam ter no REUNI. Semelhante ao entendimento dos professores, para esses estudantes entrevistados, a questão do acesso foi apenas mais um obstáculo ultrapassado, e que os desafios viriam depois

Esses discursos remetem ao entendimento de que dentre as condições iniciais para a democratização da Educação Superior surge a questão do acesso, que precisa ser para todos, no entanto, ressaltam que não basta oferecer vagas suficientes para todos, necessário também, é garantir as condições de permanência dos alunos nas universidades, possibilitando o desenvolvimento acadêmico desses discentes.

Considerações finais

A avaliação do REUNI, a partir da construção da trajetória institucional, nos possibilitou compreender os diferentes contornos que a implementação do REUNI promoveu, desde a sua concepção em nível geral, e mais especificamente na sua implementação na UFT. Esse exercício, aliado a análise do conteúdo, e a compreensão do contexto em que o REUNI foi implementado, nos permitiu ter uma compreensão mais ampla do programa, contemplando assim, uma avaliação em profundidade do REUNI na UFT.

Conforme analisamos na trajetória do REUNI, verificamos a existência de vários sentidos à democratização, e à possibilidade do REUNI promover esse processo. Esses diferentes significados devem-se ao fato de que cada sujeito tem uma concepção diferente, dependendo da posição em que ocupa na instituição. Dessa forma, verificamos em alguns momentos o antagonismo com relação às opiniões sobre o REUNI, entre os segmentos da UFT, e identificamos que as concepções abordadas pelos alunos e professores

não foram aliadas às concepções dos gestores na Universidade, prevalecendo dessa forma essas últimas. Percebemos que o embate entre as percepções e concepções está posto dentro da Universidade, e que em relação ao REUNI, há uma diversidade de visões, e em nossa avaliação sugerimos considerar as várias perspectivas de todos os segmentos da universidade, de uma forma democrática na construção das políticas dentro da instituição.

Ao refinarmos a nossa análise para a implementação do REUNI na UFT, objeto do nosso estudo, percebemos que a trajetória de planejamento e implementação do programa é semelhante às trajetórias das demais universidades e que a sua adesão não é consenso dentro da instituição, com a presença de atores contra e favoráveis ao REUNI.

Ao analisarmos os dados relativos ao REUNI na UFT, podemos inferir que, de fato, houve uma expansão na Universidade, a criação de novas vagas contribuiu para um aumento do número de alunos e cursos ofertados na Instituição. A expansão proporcionada pelo programa possibilitou a consolidação dos campi no interior do Estado. Na capital, percebemos o aumento do número de alunos nos cursos noturnos e em cursos de licenciaturas.

Finalmente, ressaltamos que a avaliação do programa foi realizada com base no conceito de democratização adotado no nosso trabalho, e a partir do exposto, considero que a concepção de democratização contida no REUNI está focada mais no sentido de expansão do acesso à Educação Superior, e que, para que o programa possa contribuir para uma efetiva democratização da Educação Superior, serão necessárias políticas que atuem diretamente na permanência dos alunos e que estejam aliadas com a qualidade do ensino oferecido.

Contudo, ainda não é possível definirmos esse processo como um movimento de democratização do ensino superior público brasileiro. Sem um conjunto de outras políticas sociais que promovam condições igualitárias de acesso e permanência, principalmente dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, corre-se o risco de se reproduzir no âmbito do ensino superior as desigualdades observadas na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 06 nov. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Reforma da educação superior**: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior. Documento II. Brasília, DF: MEC, 2004.

_____. Ministério da Educação. **REUNI: Diretrizes Gerais**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2012.

CATANI, M. A.HEY, P. A., GILIOLI, P. S. R. PROUNI: Democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf> >. Acesso em 03 mar. 2012.

GUSSI, A. F. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **Aval**, n. 1, v.1, jan./jun. 2008.

MANCEBO, D. Reforma da educação superior: o debate sobre a igualdade no acesso. *In*: BITTAR; M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos após LDB**. Brasília: INEP. 2008. p. 55-70.

MELO, L. V. S. **Democratização do acesso à educação superior pública no Distrito Federal**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

NOGUEIRA, J. F. F. **Reforma da Educação Superior no Governo Lula: Debate sobre ampliação e democratização do acesso**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

RISTOFF, D. Educação superior no Brasil: 10 anos após LDB: da expansão à privatização. *In*: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org). **Educação superior no Brasil: 10 anos após LDB**. Brasília: INEP, 2008. p. 39-50.

RODRIGUES, Lea C. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. Pág. 55 – 73. CAOS – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 16, março 2011. Disponível em < www.cchla.ufpb.br/caos.> Acesso em 25 de ago. de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto REUNI da Universidade Federal do Tocantins**, 2008b. Disponível em <<http://www.uft.edu.br/reuni/>>. Acesso em 10 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão 2004-2008 da Universidade federal do Tocantins**, 2009. Disponível em <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,2887/>. Acesso em 06 mar. 2012.